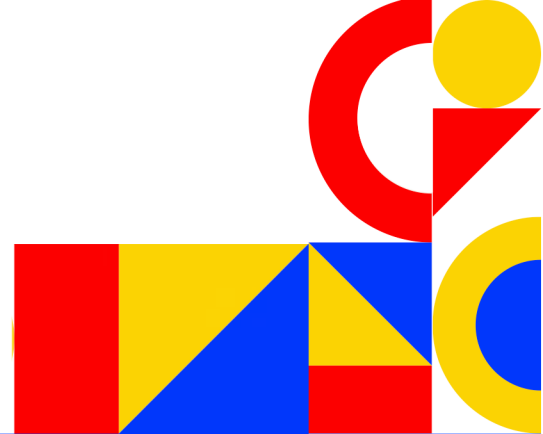


Consulta pública



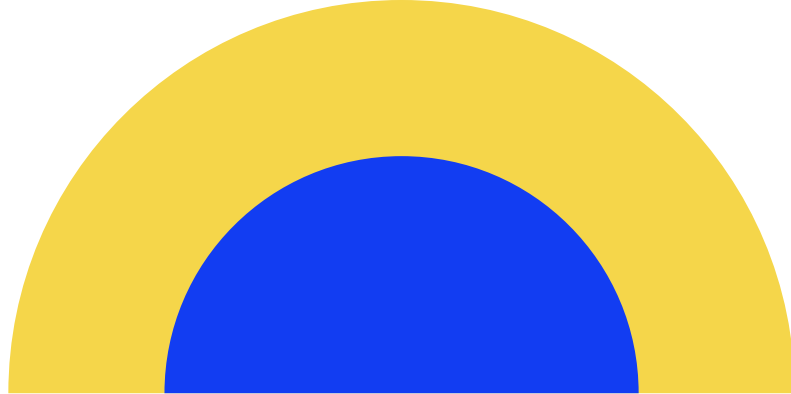
Relatório



SECRETARIA DE
POLÍTICAS DIGITAIS

SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL





Sumário

1. Introdução	4
2. Metodologia	6
2.1 Metodologia da consulta pública	6
2.2 Metodologia da análise dos dados para relatório	6
3. Análise da Consulta Pública	7
4. Consulta: síntese das contribuições	12
5. Considerações finais	18
Expediente	19



Relatório da Consulta Pública em Educação Midiática

Produzido por

**Coordenação-Geral de Educação Midiática (CGEM)
Departamento de Direitos na Rede e Educação Midiática (DDEM)
Secretaria de Políticas Digitais (SPDIGI)**

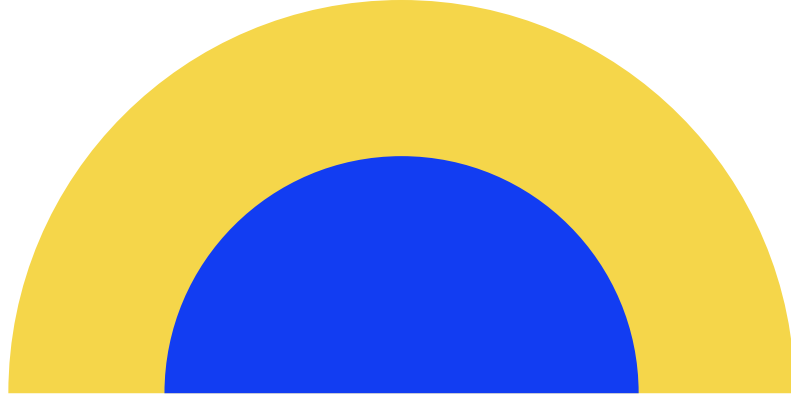
**Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
(SECOM-PR)**

Setembro de 2023

SECRETARIA DE
POLÍTICAS DIGITAIS

SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL





1. Introdução

Este relatório sintetiza os principais dados das contribuições recebidas na Consulta Pública sobre Educação Midiática organizada pela Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SPDIGI/SECOM/PR). A consulta aconteceu entre os dias 19 de maio e 30 de junho de 2023, de forma remota, através da plataforma Participa + Brasil. Um texto de referência elaborado pela SPDIGI foi disponibilizado na plataforma com informações sistematizadas sobre o planejamento dos eixos de atuação do atual governo no campo da educação midiática. Este documento foi submetido à consulta pública para receber sugestões de aperfeiçoamento.

Entre os eixos de atuação previstos no texto de referência estão:

i) Desenvolvimento de ações na educação básica, como fomento a atividades/oficinas de educação midiática escolar pelo novo programa Escola de Tempo Integral do Ministério da Educação.

ii) Fornecimento de orientações de atenção à saúde psicossocial para o uso consciente de dispositivos eletrônicos por crianças e adolescentes, visando a abordagem de questões comportamentais como agressividade, dificuldades no manejo de emoções, falta de empatia, isolamento social e dependência digital.

iii) Pactuação de compromissos com plataformas digitais para os desenvolvedores de serviços online, voltados à disseminação de boas práticas e estabelecimento de compromissos por parte das empresas, objetivando que a oferta de serviços seja apropriada para a proteção e promoção de direitos, incorporando o dever de cuidado no ambiente digital.

Os desafios presentes no ambiente digital apontam para a urgência de se formular e implementar políticas públicas com foco no desenvolvimento de competências para que todas as pessoas possam analisar, interagir e produzir conteúdos digitais de forma consciente, responsável e cidadã.

A educação midiática deve ser, portanto, um processo continuado, adaptável a todas as idades e contextos sócio-culturais e é fundamental nesse momento de expansão do uso da internet, das tecnologias digitais de comunicação e das redes sociais, considerando os desafios relacionados à inclusão e cidadania digital e aos impactos da desinformação.

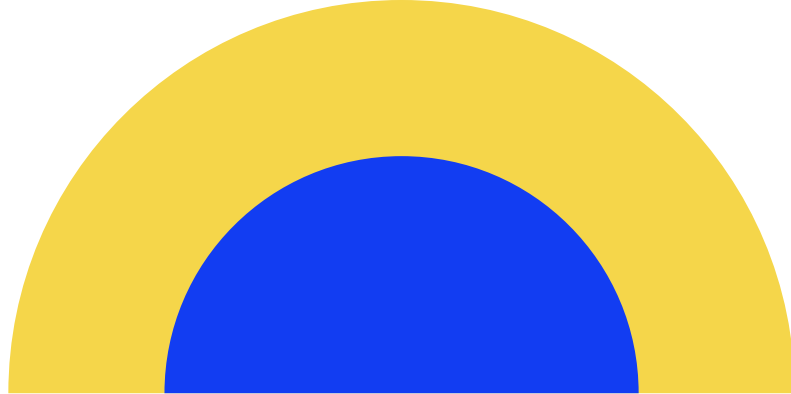


A Coordenação-Geral de Educação Midiática da SPDIGI trabalhou durante cerca de dois meses no planejamento e organização da Consulta Pública com uma equipe dedicada à realização de pesquisa, desenho da consulta, reuniões com sociedade civil e entidades do poder público, e redação do texto de referência.

O **objetivo da consulta** foi alcançar e mobilizar a sociedade civil, movimentos sociais, universidades, institutos federais, redes de pesquisa, escolas e outras instituições e órgãos públicos e privados, bem como coletivos e pessoas atuantes no tema, de forma que contribuíssem com críticas e sugestões às iniciativas previstas.

Além de informar o presente relatório, as contribuições da consulta pública serão consideradas também na elaboração de versão atualizada do planejamento das ações de promoção da educação midiática no país, consolidando a **Estratégia Brasileira de Educação Midiática**, que será apresentada ao público futuramente.





2. Metodologia

2.1 Metodologia da consulta pública

As contribuições foram recebidas em forma de comentários sobre cada um dos parágrafos do texto de referência. Havia ainda a possibilidade de submissão de arquivos anexados aos comentários. As contribuições recebidas foram de diferentes naturezas, pessoas e instituições. No caso de contribuições recebidas de instituições, estas eram enviadas por uma pessoa - já que a Plataforma exigia cadastro por CPF - que se identificava no texto como representante de determinada instituição.

Nesta Consulta, a totalidade de pessoas que contribuíram utilizou a funcionalidade de login via sistema SouGov, através do CPF, o que permite a identificação de todos os participantes, possibilitando mais transparência ao processo.

2.2 Metodologia da análise dos dados para relatório

A produção do presente relatório se baseia em uma metodologia que combina levantamento dos dados estatísticos da consulta pública referentes às contribuições, participantes, temas, recorrências e principais incidências, com uma análise qualitativa exploratória com foco na interpretação desses dados.

A Plataforma Participa + Brasil oferece duas opções para processamento dos comentários recebidos: Admitidos ou Não Admitidos. Todos os comentários enviados que faziam menção à temática do documento de referência foram admitidos para análise, enquanto os comentários que não apresentavam pertinência temática, contextual ou textual à consulta pública não foram admitidos.

É importante destacar que ser admitido para análise não significa a imediata incorporação da sugestão presente no comentário ao texto final. Antes, significa que esse conteúdo será analisado, podendo ou não ser incorporado ao texto final. Isso porque existem comentários que se repetem, se sobrepõem ou se complementam, de modo que esse conteúdo deve passar por um tratamento qualitativo por parte da equipe responsável pela análise dos dados e pela redação do texto final.





3. Análise da Consulta Pública

A partir da recorrência observada nos comentários e das ferramentas da Plataforma, cada um dos 418 comentários foi categorizado em uma das três modalidades abaixo, de acordo com suas características predominantes:

- **Comentário geral:** categoria abrangente aplicada a comentários mais genéricos, que não se referem a um parágrafo ou parte específica do texto. Inclui textos de aprofundamentos, discussões conceituais e referências à inserção de leis e normativas nacionais e internacionais.
- **Sugestão de redação:** categoria aplicada aos comentários enviados como destaque em relação a um trecho do texto de referência, sugerindo alterações na produção textual da consulta pública e propondo uma nova escrita para esse trecho.
- **Rejeitado:** categoria aplicada a comentários que não apresentam pertinência temática, contextual ou textual nem ao texto e nem ao tema da consulta pública.

A distribuição dos comentários por categoria segue a seguinte tabela:

Categoria	Quantidade de comentários
Comentários Gerais	347
Sugestões de Redação	66
Rejeitados	5
Total	418

A nuvem de palavras evidencia, ainda, que uma política sobre educação midiática precisa ser abrangente, inclusiva e integrada, contribuindo para que as pessoas possam lidar de forma crítica e ética com a imensa quantidade de informações disponíveis na era digital.



As 418 contribuições recebidas na Consulta Pública em Educação Midiática foram enviadas por 99 participantes, o que representa uma média de 4,2 comentários por contribuinte.

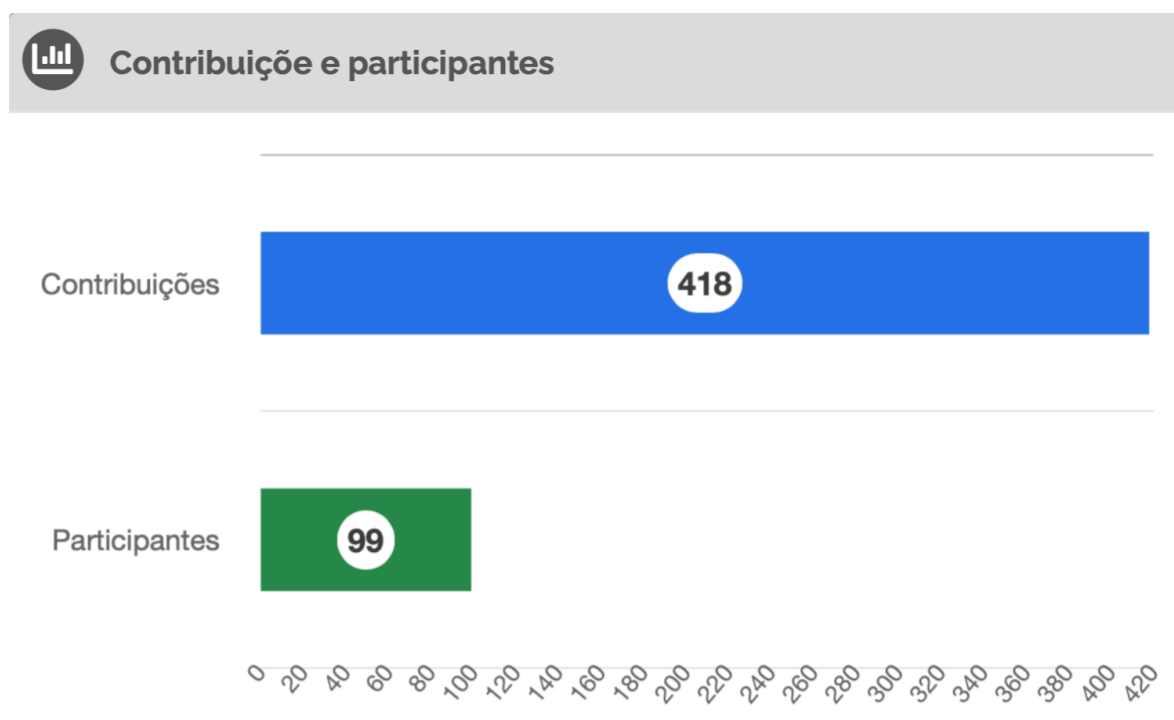


Fig. 2: Contribuições e participantes

Das 418 contribuições, 98,80% foram admitidas (Fig. 3). As exclusões se deram com base em comentários ofensivos e violentos, em uma quantidade estatisticamente desprezível.

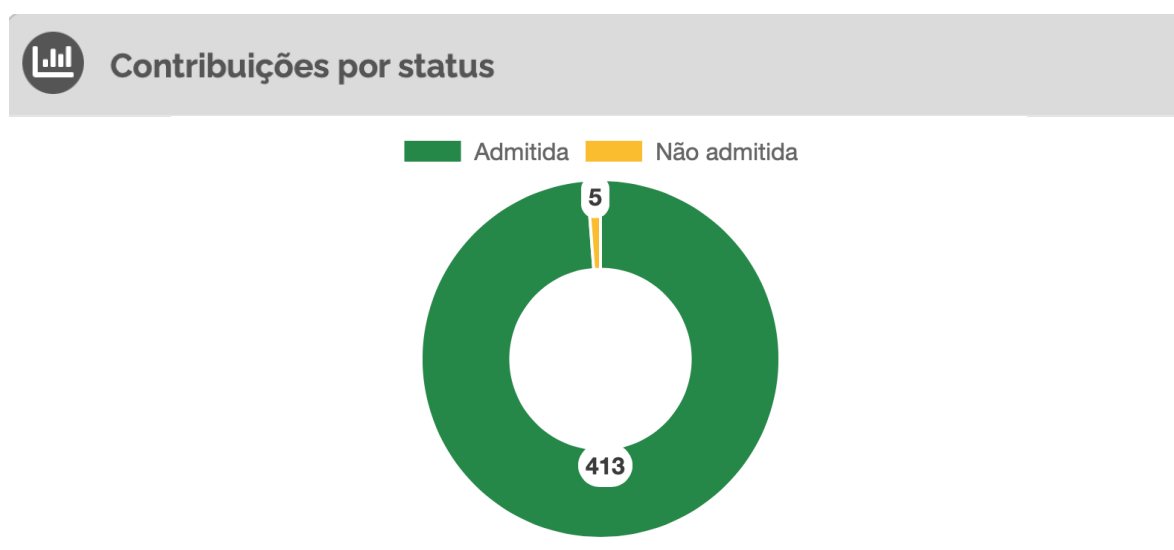


Fig. 3: Contribuições por status: admitidas e não admitidas

O parágrafo que recebeu maior número de contribuições foi o de número 65, referente a **cursos para formação de professores em parceria com Organizações da Sociedade Civil**, que recebeu 24 comentários, ou 5,74% dos comentários.

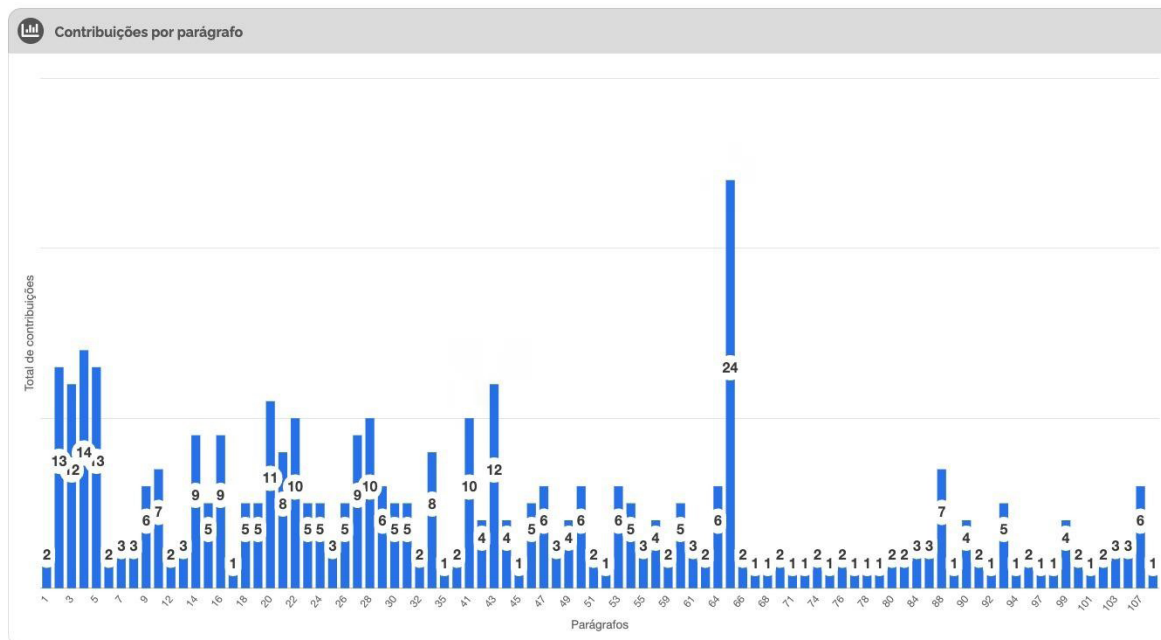


Fig. 4: Contribuições por parágrafo

Todas as seções do documento receberam contribuições, sendo que a seção com maior número de comentários foi a seção 5, referente às iniciativas de educação midiática previstas para serem realizadas ao longo da atual gestão, com 155 contribuições recebidas, ou 37,1% do total de contribuições.

Em segundo lugar está a seção 3 do documento, com 129 contribuições recebidas, ou 30,9% do total. Esta seção se dedica tanto a um debate conceitual quanto às normativas nacionais e internacionais sobre educação midiática, abordando os principais desafios, públicos e seu papel central para a manutenção e fortalecimento da democracia e dos direitos humanos.

Em terceiro lugar está a seção 1, com 80 contribuições recebidas (19,1%), e que descreve o contexto atual marcado por uma demanda urgente de políticas públicas com foco na educação midiática.

Total de Comentários por Tópico

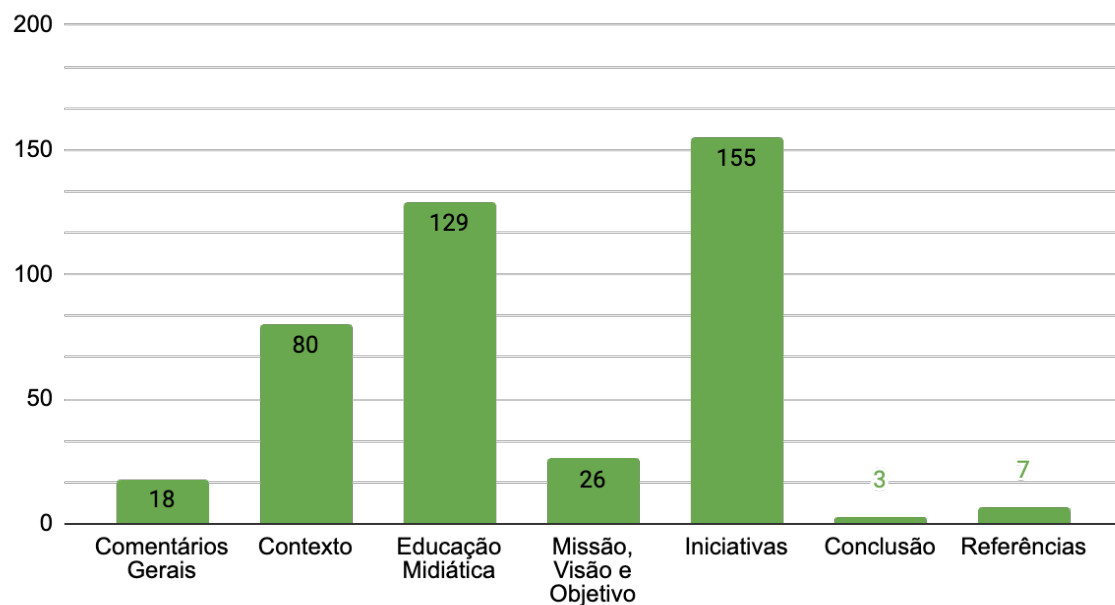
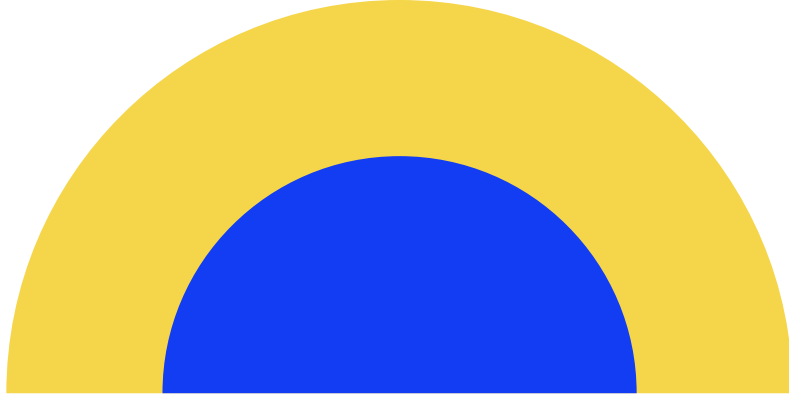


Fig. 5: Total de comentários em cada tópico do texto da Consulta Pública

Finalmente, é importante mencionar que esta não é uma análise do conteúdo das propostas recebidas, mas de seu perfil, de modo que seja possível extrair dados preliminares para subsidiar a redação do texto final, a ser apresentado no segundo semestre de 2023.



4. Consulta: síntese das contribuições

A diversidade das contribuições recebidas subsidia a construção de um texto final com perspectivas que se interconectam de forma dialógica no horizonte de uma política pública democrática, participativa e transparente.

Esta seção sintetiza as mais substantivas contribuições extraídas da Consulta, organizadas em seis macro temas principais como recomendações para a elaboração de ações para uma política pública em educação midiática, conforme segue:

- 1) Transversalidade de Atores
- 2) Transversalidade de Temas
- 3) Formação
- 4) Acesso e Inclusão
- 5) Alinhamento de Eixos Conceituais
- 6) Compromissos e Garantias



Abaixo segue o quadro com resumo das recomendações recebidas no escopo de cada macro tema.

1. Transversalidade de Atores

A) Fortalecer parcerias para ampliar abrangência

- Estimular a cooperação com universidades, institutos federais e OSCs com expertise e redes já consolidadas para desenvolver projetos de educação midiática com maior escala e capilaridade.
- Mapear e construir interface com experiências internacionais bem-sucedidas de estabelecimento de obrigações de educação midiática para as plataformas.
- Projetar o Brasil como ator internacional relevante e de destaque em EM.

B) Estimular a pluralidade de vozes contemplando a representatividade e suas interseccionalidades

- Incentivar políticas públicas que promovam uma mídia mais democrática, incluindo diferentes vozes e representações.
- Combater desertos de notícias, ampliando a oferta de informações e notícias em áreas menos atendidas pela mídia tradicional.

C) Indexar EM como uma agenda interministerial e interconselhos

- Incidir para que o CNE retome o debate sobre as alterações necessárias na BNCC no momento oportuno, e que as ações propostas pela SECOM não deixem de considerar aquilo que já foi definido na PNED (essa política traz eixos de amplos de atuação que conversam diretamente com as preocupações da SECOM).
- Para além do CNE, outros conselhos vitais no debate devem ser incluídos, tais como o CONANDA e o CONJUVE.
- Articular participação do Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes - CONANDA na construção da política em EM, não apenas por ser um órgão deliberativo da política, mas também por ter em sua composição um grupo de adolescentes protagonistas que podem auxiliar a construir de forma eficaz ações sobre a temática.



2. Transversalidade de Temas

D) Promover ações com foco no jornalismo e para além do jornalismo

- Incentivar ações de EM focadas no jornalismo infanto-juvenil.
- Além do jornalismo, incluir conteúdos publicitários, audiovisuais, de relações públicas e outras formas de comunicação nos programas de educação midiática.
- Incluir a produção da informação de forma ampla no escopo das ações em EM, abrangendo todos os canais e dispositivos por onde circulam as informações e não somente as mídias. (conectando os processos éticos de produção jornalística e também as transversalidades com diversas outras áreas, como a produção de conteúdos voltados para o entretenimento e o consumo de bens e serviços).

E) Alinhar com legislações e convenções internacionais

- Integrar as diretrizes do Marco Civil da Internet (e do PL 2630) na política pública de educação midiática.
- Alinhar as ações com a Lei Brasileira de Inclusão.
- Estreitar articulação com PNED, Lei nº 14.533.
- Considerar o documento CEB/CNE 2/2022, aprovado em janeiro de 2023.
- Avaliar a Portaria nº 5.792 da SME/SP, implementada em 2009 durante a administração municipal de Gilberto Kassab, e que reconheceu a importância das diferentes linguagens comunicativas, equiparando as linguagens impressa, audiovisual, digitais e outras em relação à rádio.
- Alinhar as definições de competências em educação midiática com as normativas do MEC e a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU.
- Alinhar temas de saúde com recomendações da OMS.



F) Implementar ações com foco em saúde

- Ações com foco em saúde e saúde mental podem se beneficiar de uma articulação com a FioCruz (ver podcast da FioCruz "Observatório Canal Saúde", que propõe debates sobre comunicação, tecnologias comunicacionais, produção de conteúdo e consumo de informação).
- Adotar a perspectiva dos cuidados digitais, em analogia com as práticas de autocuidado: "cuidar dos nossos dados é também cuidar do nosso corpo, e esse cuidado precisa ser feito cotidianamente, como um hábito, uma cultura, uma política".

3. Formação

G) Professores

- Investir na formação de professores, especialmente na Educação Básica, para que possam integrar a educação midiática em suas práticas.
- Definir atribuição de responsabilidades para professores/educadores, explicitando de que modo serão criadas, organizadas, geridas e sustentadas iniciativas de educação midiática dentro da rotina desses profissionais.
- Proteger o exercício da docência, incentivando a liberdade de cátedra e reforçando as garantias trabalhistas.

H) Agentes sociais

- Implementar o serviço de agente comunitário de educomunicação, inspirado nos agentes comunitários de saúde (a perspectiva é ter um profissional local que zelee pela saúde psicossocial das comunidades ao integrar os diversos serviços e atores públicos, comunitários e empresariais na manutenção de um fluxo saudável de informações e conhecimentos locais).
- Envolver agentes sociais em comunidades para promover o uso crítico das ferramentas de comunicação.



4. Acesso e Inclusão

I) Adotar uma abordagem sistêmica do ambiente digital

- Incluir o debate sobre educação midiática não apenas no espaço digital, mas também em diversos meios de comunicação interconectados.
- Concentrar esforços na estrutura e funcionamento das plataformas digitais, considerando a interconexão dos meios de comunicação.
- Garantir a discussão e leitura crítica dos diferentes meios de comunicação, além do espaço digital.

J) Promover a inclusão e o acesso à Internet

- Promover ações que levem em conta a desigualdade de acesso à internet no Brasil, para que a política seja inclusiva e abranja diferentes contextos socioeconômicos.
- Sensibilizar e envolver todas as TVs educativas e comunitárias do país em um esforço nacional e coletivo para inserir a EM nas suas grades de programação, com variados formatos e linguagens, transversalizando a EM em suas respectivas plataformas, on e offline.

K) Território como variável importante

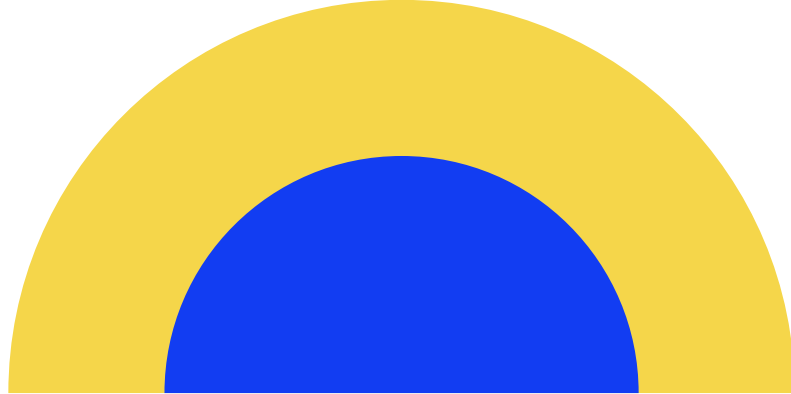
- Adaptar as ações de educação midiática para atender as diferentes realidades, incluindo comunidades rurais e outras não urbanas em diferentes regiões do país.
- Desenhar políticas públicas em EM adequadas aos contextos vividos, integrando diferentes culturas e saberes.
- Mapear experiências de implementação de EM em diferentes territórios, como a do estado da Bahia, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural, e no município de São Paulo, com a criação do Núcleo de Educomunicação em 2016 durante a administração Haddad.

5. Alinhamento de Eixos Conceituais

L) Articular Educomunicação	<ul style="list-style-type: none">- Estreitar a articulação e inter-relações entre educação midiática e educomunicação.
K) Terminologias técnicas	<ul style="list-style-type: none">- Alinhamentos com definições de competências com as normativas MEC.- Proposta para adoção da terminologia de uso corrente pela Unesco "alfabetização informacional e midiática".- Substituir o uso do termo "fake news", priorizando a expressão "desinformação".

6. Compromissos e Garantias

M) Incentivar políticas de compromisso por parte das	<ul style="list-style-type: none">- Incidir para que sejam firmados compromissos públicos por parte das plataformas com relação à Educação Midiática.
N) Fomento para desenvolvimento tecnológico e autonomia da educação pública	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolver e utilizar ferramentas próprias, considerando a existência predominante de plataformas privadas na oferta pública de tecnologias digitais para o ensino, o que evidencia o avanço de corporações globais sobre a estrutura educacional brasileira.
O) Garantir a perenidade das ações	<ul style="list-style-type: none">- Foco na garantia da perenidade das ações em Educação Midiática, para que as políticas públicas não sejam interrompidas por mudanças de gestão.



5. Considerações finais

Em síntese, a análise das contribuições recebidas evidenciou um engajamento crítico por parte da sociedade civil, sublinhando o reconhecimento da importância da Educação Midiática como uma pauta fundamental e prioritária entre as políticas públicas estratégicas do governo federal.

A constatação de que grande parte das contribuições enfatiza a necessidade de promover e ampliar a formação de pessoas educadoras reforça a importância de um enfoque interdisciplinar, ao mesmo tempo que sinaliza a importância de desenvolver ações com escala e capilaridade.

Além disso, a expressiva preocupação partilhada sobre a perenidade dessa política ressalta uma ênfase na urgência de uma estratégia nacional, alicerçada em diagnósticos baseados em evidências e comprometidos com os princípios democráticos.

O desafio de equilibrar essa urgência com a complexidade de implementação de políticas de educação midiática em todo o território nacional ganha fôlego no processo de Consulta Pública, que contou com engajamento substantivo de diversos setores da sociedade civil, possibilitando uma compreensão mais profunda das demandas com recortes intersetoriais e territoriais sobre o tema.

A participação social ativa nesse momento histórico, marcado pela formulação inédita de uma estratégia nacional, destaca a importância desse processo para o desenvolvimento informado, crítico e inclusivo da sociedade brasileira. Desse modo, este relatório reafirma tanto a centralidade da educação midiática na defesa da democracia em nosso país quanto a força mobilizadora da sociedade na construção de um futuro midiaticamente alfabetizado e consciente.



EXPEDIENTE

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR)
Secretaria de Políticas Digitais (SPDIGI)

Paulo Pimenta
Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social

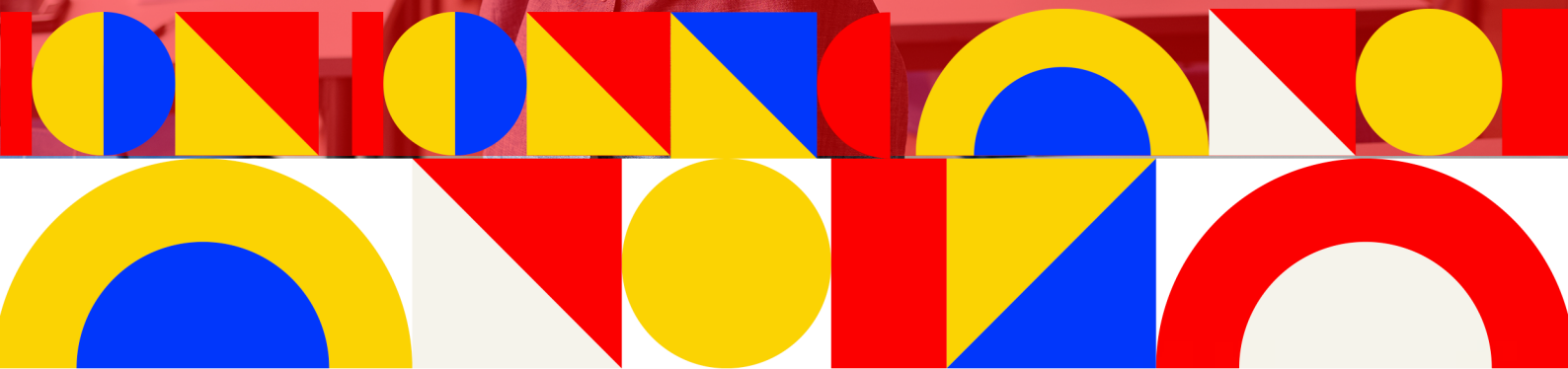
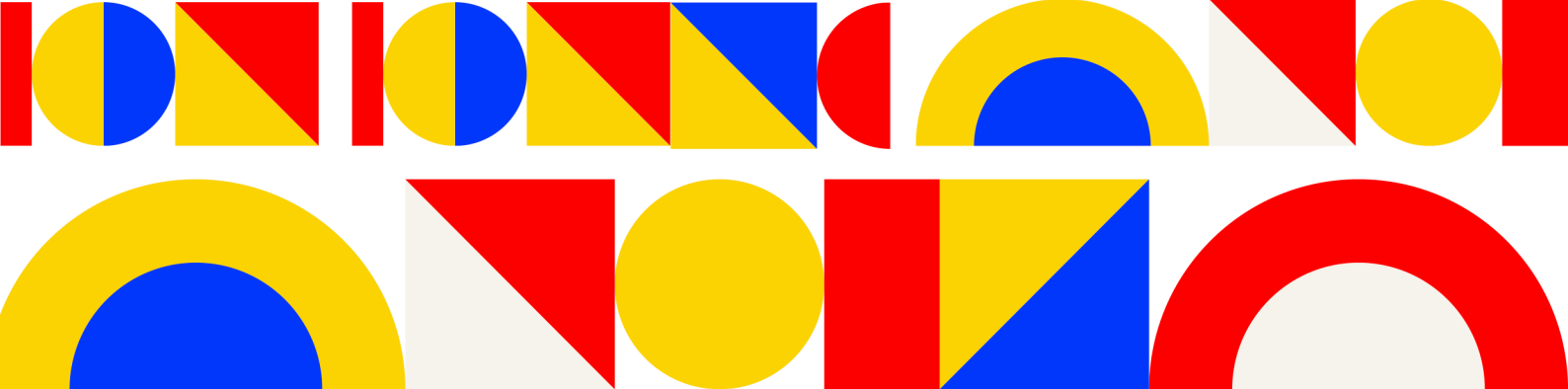
Ricardo Zamora
Secretário Executivo

João Caldeira Brant Monteiro de Castro
Secretário na Secretaria Nacional de Políticas Públicas

Victor Martins Pimenta
Diretor no Departamento de Direitos na Rede e Educação Midiática

Mariana de Almeida Filizola
Coordenadora-Geral de Educação Midiática

Fernanda Casagrande Martinelli Lima Granja Xavier da Silva
Georgia da Cruz Pereira
Renato Flit
Equipe da Coordenação-Geral de Educação Midiática



SECRETARIA DE
POLÍTICAS DIGITAIS

SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO